

Pressão sobre Reitor contra a ação da Asi

A Comissão de Emaús, integrada por chefes de departamentos e coordenadores de cursos da UFRN, está cobrando do Reitor Genivaldo Barros a formação de uma outra comissão, integrada por professores e juristas, que teria a missão de orientar a reitoria quanto aos procedimentos a serem adotados para extinção da ASI (Assessoria de Segurança e Informações) e análise da legalidade ou ilegalidade da Funpec e Funam.

A comissão, reunida em Emaús para estudar os problemas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi quem sugeriu a criação da outra comissão que deveria ser integrada por Raimundo Nonato Fernandes, Ivan Maciel de Andrade, Múcio Ribeiro Dantas, Francisco das Chagas Rocha, Elias Borges da Costa e Jalles Costa.

ASI

Segundo o professor Cláudio Emerenciano, um dos integrantes do grupo de Emaús, no último dia 29, quando de uma reunião realizada com o reitor Genivaldo Barros que retornava da Europa, foi dito que a extinção da ASI é uma aspiração unânime da comunidade universitária. "Lembramos ao reitor que ele havia assumido esse compromisso quando candidato", acrescentou Cláudio Emerenciano para expor:

— "A Universidade é uma autarquia do Ministério da Educação e possui autonomia nos termos legais que lhe permitem através de seus colegiados superiores criar ou extinguir determinados órgãos. Entendemos que Genivaldo Barros pode propor aos colegiados superiores (Consuni, Consepe e Conselho de Curadores) a extinção. Para que não surjam dúvidas sobre a clareza do nosso entendimento, propusemos a criação dessa comissão, integrada por professores e juristas".

Cláudio estranha que até agora essa comissão não tenha sido criada, pois a sua função seria de grande importância.

FUNDAÇÕES

Com relação às fundações (Funpec e Funam), Cláudio Emerenciano esclareceu alguns pontos. Disse que as fundações mantidas pelo poder público (federal, estadual e municipal), somente podem ser criadas em lei: "E não houve lei criando essas fundações", completou. Por

outro lado, acrescentou que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como autarquia federal não tem competência legal para criar fundações: "Esse tipo de procedimento é muito próprio às anomalias e abusos reinantes na Velha República com os quais não concordamos".

Cláudio Emerenciano disse que a UFRN "deve dar o exemplo e constituir-se em fonte de procedimentos legais, éticos e morais para toda a sociedade e jamais o contrário".

Outro ponto esclarecido pelo professor Cláudio Emerenciano: "Em circunstância alguma os professores de Emaús propuseram a rescisão dos contratos dos funcionários dessas fundações. Há, entretanto, uma conclusão natural: se não tem personalidade jurídica por serem ilegais, consequentemente os vínculos desses funcionários é com a Instituição que é a Universidade".

No encontro mantido com o reitor Genivaldo Barros, foi denunciado pela Comissão de Emaús, segundo Cláudio Emerenciano, que "sobretudo na Funpec existe um celeiro de procedimentos ilegais como os da admissão de seu pessoal que se fazem sem publicação no Diário Oficial da União e da Universidade".

Cláudio acrescentou: "Advertimos a reitoria para as implicações legais das transferências de recursos feitas pela Universidade para essas duas Fundações, pois se elas se encontram em situação ilegal, as transferências são indébitas e lesivas ao interesse público. Daí a importância da comissão proposta que dirá sobre a legalidade ou ilegalidade das fundações e quais os melhores procedimentos a adotar para se eliminar na comunidade universitária dúvidas e questionamentos quanto a sua existência e funcionamento".

Os professores lembraram ao reitor que essa fragilidade jurídica das fundações "pode causar atropelos de ordem pessoal para os próprios administradores da universidade, os quais são em última análise, os responsáveis pelos dinheiros públicos transferidos pelo governo federal para a Instituição.

"A título de esclarecimento" Cláudio Emerenciano lembra que "enquanto a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis que é responsável por toda a coordenação da atividade de ensino se recente da falta de pessoal, somente na Funpec trabalham 33 pessoas sem falar em muitos outros que ali não comparecem mas recebem os seus salários".

ASI